

Jornal da

**CUT**®

BRASIL

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES  
ano 4 · nº 36 · agosto de 2011 · www.cut.org.br

# A CUT quer mais

## 10 de agosto: mobilização em Brasília



Conheça a pauta  
que a CUT levará  
ao Distrito Federal  
Página 8



Marcha das  
Margaridas  
vem aí  
Página 2



Diante da pressão,  
governo abre diálogo  
sobre aeroportos  
Página 7



Após tomar ruas, fábricas, portos e aeroportos no dia 6 de julho, trabalhadores vão ocupar a capital do Brasil para cobrar parlamentares

Conquista

# 100 mil margaridas em Brasília

De 16 a 18 de agosto, mais uma vez a capital federal receberá a maior manifestação de mulheres da América Latina.

A quarta edição da Marcha das Margaridas deve levar ao Distrito Federal cerca de 100 mil trabalhadoras rurais que defenderão um modelo de desenvolvimento sustentável para o Brasil com justiça, autonomia, igualdade e liberdade.

A mobilização conta com a CUT na organização e foi fundamental para uma série de conquistas como a criação do Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural.

Com 150 pontos de luta, a pauta foi entregue ao governo federal em solenidade no dia 13 de julho. Durante a cerimônia, a secretária do Meio Ambiente da CUT, Carmen Foro, destacou a importância de repensar o modelo de crescimento. “Grandes projetos de hidrelétricas, por exemplo, sem planejamento social, facilitam o aparecimento da prostituição infantil”, afirma.

Para a secretária da Mulher Trabalhadora da CUT, Rosane Silva, as reivindicações da marcha representam os anseios de todas as cutistas. “Um dos pontos é a concessão de creches, uma luta de todas nós. Além disso, temos que destacar que não é possível

fazer a reforma agrária sem a atualização dos índices de produtividade das terras e a regularização fundiária”, avalia.

**Resistente margarida** – símbolo da resistência e inspiração para a marcha, a paraibana Margarida Alves foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alagoa Grande durante 12 anos. A luta contra a exploração, o analfabetismo e pela reforma agrária fez com que colecionasse muitos inimigos. No dia 12 de agosto de 1983, ela foi brutalmente assassinada. Deixou, porém, como legado mais de 600 ações trabalhistas contra usineiros e senhores de engenho da região.



Marcelo Casali Jr./Agência Brasil

Margaridas durante a edição da marcha, em 2007

## Movimento

# Primeira greve geral contra a ditadura completa 20 anos

A greve geral de 21 de julho de 1983 foi a primeira durante o período da ditadura militar e reuniu mais de 2 milhões de trabalhadores. O Brasil, sob comando de João Figueiredo, via o acirramento da insatisfação, o fortalecimento da classe trabalhadora e apontava as diferentes posições: de um lado, a Comissão Pró-CUT do Estado de São Paulo, favorável à greve geral com manifestações. Do outro, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que defendia um dia de paralisação e determinava aos trabalhadores ficarem em casa. As greves foram decisivas para unificar os combativos, derrotar o movimento sindical submisso à estrutura oficial e dar origem à maior central da América Latina.

# EnT revista

O presidente da CUT Artur Henrique, fala a seguir sobre o Dia Nacional de Mobilização e destaca a pauta que a Central defenderá em 10 de agosto no distrito federal

## Pauta do Brasil justo e igualitário

O Dia Nacional de Mobilização foi muito positivo porque reuniu trabalhadores das bases dos nossos sindicatos com o objetivo de mostrar à grande maioria da classe trabalhadora as pautas da nossa Central e colocá-las como centro do debate sobre o modelo de desenvolvimento para o país.

Para a CUT, a **educação** é um dos pilares fundamentais para quem quer disputar a hegemonia no modelo de desenvolvimento. Por isso defendemos aplicar 10% do PIB (Produto Interno Bruto) na educação pública e gratuita, em todos os níveis. Essa discussão envolve também a destinação dos recursos do pré-sal, a implementação do Plano Nacional de Educação e do Piso Nacional da Educação, aprovado pelo Congresso e referendado pela Justiça, pelo STF (Supremo Tribunal Federal), mas que alguns governadores tentam burlar.

## Desoneração da cesta básica

Também foi importante mostrar que é possível produzir mais alimentos, sem agrotóxico e com valores mais baixos a partir da **mudança do modelo agrário brasileiro**, que atualmente prioriza o agronegócio e a exportação dos alimentos necessários para a China e para a Índia, em detrimento de um maior investimento na agricultura familiar. Saímos de R\$ 2 bilhões para o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) durante o governo FHC, para R\$ 16 bilhões, durante o último Grito da Terra. Mas, se comparar com os R\$ 80 bilhões destinados para o agronegócio, há ainda muito a melhorar. Queremos a aprovação da PEC do Trabalho Escravo, do limite da propriedade da terra e a ampliação do acesso dos agricultores familiares à renda, ao crédito e à assistência técnica. Com isso, teremos condições de desonerar a cesta básica de alimentos na reforma tributária.

O terceiro grande ponto da agenda é a defesa do **trabalho decente**, que se refere à erradicação do trabalho escravo, mas também inclui a luta contra a terceirização, contra a precarização das relações de trabalho, pelo fim do Fator Previdenciário, pela igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, pela redução da jornada de trabalho, pelo fim da alta rotatividade de mão-de-obra. Estamos falando também do fortalecimento da organização dos trabalhadores a partir da substituição do imposto sindical por uma taxa negocial, aliada a uma legislação que proíba as práticas antissindicais e garanta a organização no local de trabalho.

## Trabalhadores foram prioridade?

Em março estivemos no Congresso Nacional fazendo uma ocupação pacífica para mostrar nossa pauta aos

CEDOC-CUT



expediente:

**Jornal da CUT** é uma publicação mensal da Central Única dos Trabalhadores. **Presidente:** Artur Henrique da Silva Santos. **Secretária nacional de Comunicação:** Rosane Bertotti. **Direção Executiva:** Antonio Lisboa Amâncio do Vale; Aparecido Donizeti da Silva; Carmen Helena Foro; Dary Beck Filho; Elisângela dos Santos Araújo; Expedito Solaney; Jacy Afonso de Melo; Jasseir Alves Fernandes; João Felício; José Celestino; Julio Turra; Junéia Martins Batista; Manoel Messias; Maria Julia Nogueira; Pedro Armengol; Quintino Severo; Rogério Pantoja; Rosana Sousa de Deus; Rosane Silva; Shakespeare Martins de Jesus; Wagner Freitas; Valeir Ertle. **Jornalista responsável:** Isaías Dalle (MTB 16.871). **Redação e edição:** Isaías Dalle, Leonardo Severo, Luiz Carvalho, Paula Brandão, Vanessa A. Paixão (secretaria e revisão), William Pedreira da Silva e Eder Eduardo (programador). **Projeto gráfico e diagramação:** TMax Propaganda. **Colaboraram com essa edição:** CUT-DF e Marize Muniz (assessoria CUT Nacional); **Capa:** Hercules Sanche, **Impressão:** Bangraf. **Tiragem:** 500 mil exemplares.

## “Dia 10 mostraremos se a classe trabalhadora é prioridade para o Congresso, para o Legislativo e para o governo”, comenta presidente da CUT



O Judiciário favorece quem não quer negociar

parlamentares recém-eleitos e no dia 10 de agosto apresentaremos à sociedade e aos trabalhadores o que esses parlamentares votaram nesses 6 meses e se a pauta da classe trabalhadora foi colocada com a mesma prioridade dentro do Congresso que a pauta dos empresários e do governo.

### Pressão também no Judiciário...

Temos 2 milhões e 800 mil novos processo judiciais a cada ano, resultado da falta da negociação coletiva, de instrumentos de organização por local de trabalho que resolvam os conflitos e da quantidade de empresários que desrespeitam os direitos dos trabalhadores. É fundamental rediscutir o papel da Justiça do Trabalho, porque hoje o Judiciário não julga a pauta dos trabalhadores, mas garante liminares por meio do Interdito Proibitório que não permitem ao sindicato cumprir o papel de realizar assembleias, discutir com as bases. Pior, em todo o Brasil há exemplos de sindicatos que aprovam uma greve e ao invés de julgar o motivo da paralisação, o Judiciário define a greve como abusiva e determina a volta imediata ao trabalho sob pena de multas altíssimas, e favorece quem não quer negociar.

### ...e no Executivo

Vamos cobrar do governo a implementação do Contrato Coletivo Nacional e a instalação de mesas de negociação nacionais divididas por setor econômico porque isso é que faz com que trabalhadores, governo e empresários possam construir propostas para melhorar a situação das relações de trabalho no Brasil. Além disso, não podemos permitir que os empresários tenham acesso ao dinheiro público do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), FAT (Fundo

de Amparo ao Trabalhador), Fundo de Garantia, enquanto muitas demitem, sem nenhuma obrigatoriedade de responsabilidade e contrapartida social.

### Reforma política, do Judiciário...

Essas reformas são fundamentais para fazer avançar toda essa pauta. Primeiro, a reforma política tem que considerar a mudança no sistema eleitoral para que tenhamos financiamento público de campanha e consigamos diminuir o abuso do poder econômico nas eleições, para que tenhamos o voto em lista e venhamos a fortalecer os partidos

políticos e a participação dos trabalhadores nas instâncias de decisões desses partidos. Hoje, quem faz a lista dos deputados, senadores ou dos partidos que serão agraciados com investimentos são as grandes empreiteiras, os bancos, os grandes proprietários de terra em seus gabinetes, em seus escritórios nos grandes centros. Mas, não pode ser só uma reforma, tem que contemplar também a ampliação da democracia direta.

### ...e da comunicação

E para fortalecer a democracia direta é preciso debater a democratização da comunicação. A forma como o Plano Nacional de Banda Larga tem sido apresentado, por exemplo, não estabelece garantias de que a maioria da população terá acesso a uma internet barata e de alta velocidade. Entendemos que a estrutura física das empresas de telefonia que foram privatizadas, como a Telefonica, a Vivo e outras, não são de posse dos donos dessas empresas, isso é uma concessão, portanto, pertencem ao Estado brasileiro. O governo tem todas condições de exigir que, se elas não tomarem determinadas medidas, nós poderemos utilizar essa estrutura física. Quando as concessionárias de energia elétrica foram privatizadas, não compraram o poste e as linhas de transmissão. Compraram uma concessão. Infelizmente, porque éramos contra a privatização. E quando vemos a Eletropaulo deixar a população de São Paulo sem luz durante três dias ou os moradores do Rio de Janeiro sem poder passar sobre o bueiro porque podem ser catapultados devido a uma empresa irresponsável que não faz manutenção corretiva, não troca os transformadores velhos, mas cobra uma das tarifas mais caras do mundo, verificamos a urgência de fazer com que as agências reguladoras não trabalhem apenas para garantir os interesses das empresas.



Vamos cobrar do governo o Contrato Coletivo Nacional e mesas de negociação por ramo

# CUT mostra quem é cap

Dia 6 de julho unifica luta de trabalhadores nos estados

Arquivo CUT Pará



Artur Henrique, durante ato no Pará

Trabalhadores urbanos e rurais, servidores públicos e funcionários do setor privado estiveram juntos no Dia Nacional de Mobilização da CUT, em 6 de julho, para destacar que não há desenvolvimento legítimo se não houver alimento mais barato na mesa dos brasileiros, trabalho decente, ampliação do investimento em educação e aumento real do salário.

Em todo o Brasil (saiba mais nas páginas 6 e 7), ao lado da Marcha Mundial de Mulheres(MMM) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra(MST), a central apontou a necessidade de promover uma reforma agrária efetiva e modificar o modelo agrário vigente, que atualmente privilegia o agronegócio e promove os conflitos no campo. A CUT ressaltou ainda a necessidade de destinar desde já 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação e exaltou a luta por autonomia e liberdade sindical, com destaque para a substituição do imposto sindical por uma contribuição negocial definida pelos próprios trabalhadores.

Além das pautas nacionais, o Dia Nacional de Mobilização foi fundamental para dar visibilidade às lutas regionais, como bem demonstrou a manifestação no Pará, diante da Assembleia Legislativa do Estado (Alepa), que contou com o presidente da CUT, Artur Henrique.

Muitos dirigentes de categorias que estão em campanha salarial ou iniciarão a luta na segunda metade

deste ano também participaram do ato. Caso dos bancários e dos servidores públicos, representados pela diretora Executiva da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Neide

Solimões. “É preciso reconstruir os serviços públicos para que as políticas públicas possam ser aplicadas. O Inbra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) está sendo transformado para regularizar

Dino Santos



Mais de 10 mil foram às ruas da capital paulista

# Capacidade de mobilizar

## Como e inicia campanhas salariais do segundo semestre



### Há 16 anos

Em 1995, no mesmo dia 6 de julho, petroleiros cutistas iniciavam a histórica greve de 32 dias contra as privatizações de FHC

algumas poucas terras, especialmente as griladas, porque não contam com estrutura adequada que permite exercer o trabalho corretamente”, indicou.

### Luta pela terra

A disputa por terra e a criminalização dos movimentos sociais foi um tema sempre presente nas intervenções. Secretária de Meio Ambiente da Central e dirigente oriunda da região, Carmen Foro, citou o assassinato de lideranças do campo e fez relação entre a volta do PSDB ao poder no Pará e a impunidade. “Assim que acabou a eleição começou o despejo de trabalhadores rurais e a proliferação do assassinato de lideranças. Estão matando pessoas que denunciam a extração ilegal de madeira e a ação de latifundiários porque foram esses setores que financiaram a campanha do PSDB no Estado”, criticou.

O tema, inclusive, foi a pauta da audiência entre dirigentes da CUT e o secretário de Segurança Pública do Estado, Luiz Rocha.

Durante o encontro, Artur Henrique cobrou que o combate à violência no campo seja tratado como prioridade, inclusive com orçamento adequado para investir em segurança. O primeiro passo, segundo o dirigente, seria a criação de um Fórum de Desenvolvimento e Combate à Violência, com participação ativa dos movimentos sociais. “É fundamental que articulemos políticas públicas para aumentar a eficácia na apuração dos crimes e não gerar uma sensação de

impunidade. Precisamos envolver o conjunto dos movimentos sociais com o governo para priorizar algumas ações”, destacou, recebendo uma resposta favorável do secretário.

### Campanhas em pauta

Também em São Paulo, o tema principal da manifestação que reuniu 10 mil trabalhadores foi a luta por ganhos reais nas negociações com os patrões neste segundo semestre.

“Reafirmamos que vamos realizar as maiores campanhas salariais do segundo semestre. Porque a pauta dos trabalhadores é a do desenvolvimento, é aumento real de salário, são políticas de geração de emprego e renda. Foi isso que aprendemos com o governo Lula”, afirmou Vagner Freitas, secretário de Administração e Finanças da CUT.

Ele também criticou o discurso do presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, de que salário é inflacionário. “Segurar salário, demitir e arrochar é a agenda conservadora dos que perderam as eleições, dos neoliberais que arreventaram a economia”, enfatizou.

A concentração teve início às 9 horas da manhã em frente à Praça da Sé, logo completamente tingida de vermelho pelos cutistas que chegaram de todas as regiões do Estado, aos quais se somaram militantes do MST, da MMM e da Central dos Movimentos Populares (CMP).

No deslocamento dos 100 ônibus de trabalhadores até a capital, muitos puderam sentir no bolso o verdadeiro assalto do novo reajuste dos pedágios do governo estadual, de até 9,77%. Faixas e cartazes denunciavam o governo Geraldo Alckmin pelo abuso e cobravam a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) pela Assembleia Legislativa. Presentes ao ato, os deputados estaduais Luiz Cláudio Marcolino, Carlos Grana, Edinho Silva, Simão Pedro e Adriano Diogo, todos da bancada do Partido dos Trabalhadores, denunciaram as armações feitas pelos tucanos para barrar a instalação da CPI. Representando a bancada federal do PT, o deputado Vicentinho reiterou o compromisso com o combate à precarização das relações de trabalho e denunciou o projeto do deputado Sandro Mabel que, “embora da base governista, tenta promover as terceirizações para retirar direitos”.

**Apenas o começo** – Artur Henrique enfatizou que a CUT manterá a mobilização unificada e alertou que as manifestações do dia 6 são apenas o início de um embate que pertence a toda a classe trabalhadora. “Esse foi apenas o início de uma série de atividades que continuarão no segundo semestre, com ocupação



Dino Santos

Trabalhadores em defesa do trabalho decente, alimento barato e educação de qualidade

do Congresso e com as campanhas salariais de categorias com grande poder de mobilização”.

Porque, conforme defende a CUT e alertou o dirigente, não é possível falar no fim da miséria no Brasil sem um outro modelo de desenvolvimento, que priorize os ganhos reais para todos os brasileiros e o fim da criminalização dos movimentos sociais.



# CUT na luta



Arquivo CUT-AC

Defesa do Plano Nacional de Educação e dos serviços públicos marcou o 6 de julho no Acre



Arquivo CUT-BA

CUT lotou as ruas de Salvador



Arquivo CUT-PR

Mobilizações no Paraná começaram com panfletagem nas principais praças de Curitiba



Arquivo CUT-PE

Mobilização e caminhada marcaram manifestação em Pernambuco



Arquivo CUT-RJ

Dia Nacional de Mobilização tingiu o centro do Rio de Janeiro de vermelho



Arquivo CUT-RN

Passeata no Rio Grande do Norte para dialogar com a população sobre os temas da mobilização



Arquivo CUT-RS

No Rio Grande do Sul, trabalhadores seguiram em marcha até Ministério da Fazenda e do Trabalho para entregar pauta da CUT



Arquivo CUT-SE

Panfletagem no calçadão da João Pessoa marcou Dia de Mobilização em Sergipe



Rubens Venâncio

No Ceará, paralisação no Porto do Pecém reivindicou contrato coletivo nacional para os portos



Arquivo CUT-DF

Distrito Federal teve panfletagem e audiência com governador para cobrar compromisso com classe trabalhadora



Arquivo CUT-MG

Em Minas, CUT dialogou sobre bandeiras históricas como redução da jornada de trabalho e fim do imposto sindical

# Após atos no Dia 6, Dilma discute concessão dos aeroportos com trabalhadores

A pressão da CUT no Dia Nacional de Mobilização já aponta os primeiros resultados. Prova disso é que diante das manifestações que tomaram conta dos aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília, dirigentes da Central e representantes do Sindicato Nacional dos Aeroportuários (Sina) foram chamados pelo governo para discutir o processo de concessão desse patrimônio nacional.

“Até agora, só sabemos o que a imprensa publicou. Queremos ter acesso ao modelo de concessão que está sendo elaborado para que, em um primeiro momento, possamos analisar e, depois, intervir na construção do projeto,” cobrou Artur durante o encontro com o secretário da Aviação Civil, Wagner Bittencourt, e a Secretaria Geral da Presidência da República, representada nesta ocasião pelo assessor especial, José Lopez Feijóo.

Feijóo afirmou que a presidenta Dilma Rousseff determinou a abertura do diálogo e disse que o governo avaliará as alternativas apresentadas pelos dirigentes sindicais e a possibilidade de incorporá-las ao projeto.

O governo se comprometeu a apresentar aos trabalhadores o que já concluiu do edital no dia 27 de julho, em novo encontro no Distrito Federal.

Segundo o ministro Bittencourt, qualquer que seja a

proposta de concessão dos aeroportos, os interesses do Estado estarão em primeiro lugar e a parceria que o governo quer fazer com a iniciativa privada tem esse objetivo.

É exatamente essa a preocupação da CUT e do Sina, como explica o presidente da Central, Artur Henrique. “Somos a favor da entrada do capital, seja nacional ou estrangeiro, para melhorar a estrutura, para ampliar o espaço e modernizar os aeroportos, e não apenas para ganhar cada vez mais dinheiro. Porém, é importante esclarecer que não abrimos mão do controle do Estado. O governo não pode ser acionista minoritário e deixar nas mãos dos empresários o controle tarifário, questões relacionadas à segurança, qualidade e de relações de trabalho”.

Francisco Lemos, presidente do Sina, teme que a entrega dos aeroportos à iniciativa privada provoque uma segregação social. “Hoje, temos um aeroporto popular e democrático, que é o que defendemos. Por isso, não iremos admitir que sejam criados saguões com ‘aeroshoppings’ em áreas destinadas a quem tem mais dinheiro, viaja para a Europa, e reservados puxadinhos para as famílias que utilizam os vôos para se locomover para as regiões Norte e Nordeste. Porque é isso que acontecerá caso o controle operacional e das tarifas passe para as empresas privadas”, defende.

“Queremos debater garantias para a sociedade e, principalmente para os trabalhadores que atuam nos aeroportos. Nossas experiências com concessões nos setores elétrico e de telefonia não são boas. A única garantia daqueles contratos fechados com o empresariado eram de lucro e formas de reajuste”, alertou Artur Henrique.

## Negociação também no DF

O Dia Nacional de Luta também fez com que o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, assumisse o compromisso de combater o aumento da concentração de renda e a violência contra a mulher, duas das pautas que marcaram as manifestações no dia 6, em Brasília.

Em reunião com a CUT-DF e movimento de trabalhadores rurais, Queiroz se comprometeu a criar mecanismos e políticas que diminuam substancialmente os pontos abordados, como a criação de um Fórum Permanente de Negociação sobre a reforma agrária e demais questões fundiária, com a participação de membros do governo, da CUT e do movimento de trabalhadores rurais, além de um espaço de diálogo permanente com o movimento de mulheres. A comissão cobrou ainda a criação da Secretaria de Desenvolvimento Agrário.



Em Guarulhos trabalhadores defenderam o aeroporto popular no Dia Nacional de Mobilização da CUT

# Dia 10 de Agosto: pressão sobre os Três Poderes em Brasília

Na continuidade das mobilizações promovidas pela CUT, suas entidades filiadas e o movimento social, acontece no próximo Dia 10 de Agosto, em Brasília, a Ocupação Pacífica dos Três Poderes.

Nesse dia, dirigentes e militantes vão cobrar o poder central para que as pautas dos trabalhadores e trabalhadoras sejam definitivamente aprovadas.

Vamos, novamente, pressionar o governo, os deputados e senadores com o objetivo de convencê-los a encaminhar essas mudanças. Ao mesmo tempo, vamos dialogar com o Judiciário e a sociedade sobre os temas da classe trabalhadora.

Os eixos principais da pauta são os mesmos da nossa mais recente mobilização, o Dia 6 de Julho da CUT.

Acompanhe como será a programação do Dia 10 de Agosto\*:

## Período da manhã

● **Presidência da República:** uma comissão de dirigentes e militantes entrega uma carta à presidenta Dilma e ao secretário-geral da Presidência, Gilberto Carvalho, reafirmando as reivindicações da Central e cobrando agilidade nos encaminhamentos. Entre as pautas, destaque para o cumprimento do acordo assinado em 2008 com as centrais e o governo para o fim do imposto sindical e a criação da contribuição sobre a negociação coletiva. Destaque também para a necessidade do Contrato Coletivo Nacional para todos os setores, da regulamentação da Convenção 151 da OIT e de uma nova legislação para a terceirização.

● **TST:** outro grupo de dirigentes e militantes terá audiência com o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, João Oreste Dalazen, e demais ministros, para tratar especialmente da necessidade de garantir na legislação brasileira a negociação coletiva. Para isso, a CUT entende como fundamentais a ratificação da Convenção 87 da OIT (que estabelece liberdade e autonomia sindicais), a criação de uma lei contra práticas antissindicais e a garantia de organização por local de trabalho. Com tais mudanças, com o tempo deixaria de haver a grande distorção hoje sofrida nos corredores da Justiça do Trabalho: por ano, 2,8 milhões de novos processos são movidos por trabalhadores, porém, destes, apenas 100 são vencidos pelos empregados e, pior, somente 31 são efetivamente pagos. Entre o ingresso na Justiça e o pagamento, leva-se de 15 a 20 anos. Antes, porém, a maioria dos

trabalhadores e trabalhadoras prefere fechar acordos rebaixados na primeira instância por medo de não obter nada.

● **Congresso Nacional:** diversos grupos cutistas vão percorrer os gabinetes e as comissões do Congresso para novamente pressionar os deputados e senadores a colocar em votação os projetos fundamentais para a classe trabalhadora. Em 23 de Março, a CUT já havia feito uma atividade semelhante, intitulada Ocupação Pacífica do Congresso Nacional.

## Período da tarde

**Tenda da CUT** – Num dos gramados da Esplanada dos Ministérios, a CUT vai montar uma grande tenda, ponto de encontro dos cutistas e dos movimentos sociais, com mesas e cadeiras dispostas segundo o desenho interno da Câmara dos Deputados. Nela, além de intervenções de lideranças na tribuna, os participantes da mobilização também vão almoçar.

Nessa tenda, a Central também pretende receber a visita do presidente da Câmara, Marco Maia, e outras lideranças, para novamente entregar a pauta de reivindicações da classe trabalhadora e cobrar agilidade na votação e aprovação dos projetos.

## Confira a pauta da CUT:

- aumentos reais de salário neste segundo semestre
- reforma tributária: menos cobrança de impostos para quem vive só de salário ou aposentadoria
- todos os direitos trabalhistas para quem é terceirizado
- fim do fator previdenciário e criação do fator 85/95
- melhores aumentos para todas as aposentadorias
- trabalho decente para todos, com direitos, saúde e segurança
- reforma política: fim das doações de empresas e bancos para candidatos a cargos públicos
- 10% do PIB para investimento em educação pública
- comida mais barata para o povo: reforma agrária e valorização da agricultura familiar
- redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução de salário
- fim da violência na área rural e nas florestas
- fim do imposto sindical e liberdade para os trabalhadores decidirem se e como querem financiar seus sindicatos
- negociação coletiva no setor público: regulamentação da Convenção 151 da OIT
- fim da alta rotatividade: ratificação da Convenção 158 da OIT
- liberdade e autonomia sindical: ratificação da Convenção 87 da OIT

\*sujeito a alterações.



Augusto Coelho - 23/3/2011

Dirigentes cutistas em audiência no gabinete da Presidência da Câmara